

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.462 - SP (2018/0313816-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : VIBORAUTO VIDROS ELETRICOS PARA AUTOS LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO BALLABEM ROTGER - SP156103
MATEUS ROQUE BORGES E OUTRO(S) - SP241059
JOSÉ WILSON SILVA LEMES - SP251302
RECORRIDO : ALLIANZ SEGUROS S/A
ADVOGADO : NIVALDO FRANCISCO ESPOSTO - SP022066

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por VIBORAUTO VIDROS ELÉTRICOS PARA AUTOS LTDA., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Trigesima Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 336):

SEGURO DE DANOS. Avarias em veículo automotor. Cobertura recusada pela seguradora. Justa causa, em hipótese de agravamento de risco. Inteligência dos artigos 765 e 768, do Código Civil. Abordagem de segurada. Juízo de improcedência. Apelo da autora. Desprovimento.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 360-362).

Nas razões de recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos arts. 768 do Código Civil de 2002, 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial, sob os argumentos de omissão no julgado e de que a constatação de embriaguez ao volante da condutora do veículo segurado, por si só, não exclui a obrigação do pagamento da indenização securitária, exigindo-se da seguradora a comprovação do agravamento intencional do risco por parte do segurado, mediante dolo ou má-fé, bem assim que essa conduta foi determinante para a ocorrência do sinistro.

Sustenta que "a condutora do automóvel segurado não agiu sequer com culpa, em nada tendo contribuído para a ocorrência do acidente, sendo o mesmo causado de forma exclusiva por terceiro veículo que provinha pela mesma via, mas em sentido contrário, e o veículo segurado, ao desviar deste terceiro automóvel, acabou atingindo o

cargueiro que se encontrava estacionado no local", e ainda que "o evento ocorreu em rua de duplo sentido, no período noturno e que chovia torrencialmente no momento do sinistro" (e-STJ, fl. 383).

Busca a condenação da recorrida ao pagamento da indenização securitária.

Contrarrazões às fls. 416-418 (e-STJ), pelo não provimento do recurso.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 419-420 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Da análise do autos, não se verifica omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão proferido no julgamento da apelação. Ao contrário, a Corte estadual decidiu de modo integral, com fundamentação clara e suficiente a controvérsia, aduzindo inclusive, no acórdão dos embargos de declaração, que "declarações prestadas pela testemunha Rosângela Aparecida Panari (fl. 278 gravação em mídia digital), aludindo à presença de terceiro veículo (caminhão), a trafegar em sentido oposto ao veículo da autora, embargante, todavia não esclarece suposto concurso lesivo, bastante para explicar descontrole de condutora de automóvel segurado, a abalroar veículo, regularmente estacionado" (e-STJ, fl. 362).

Não é só pelo fato de, no julgamento embargado, o Tribunal estadual haver adotado critério desfavorável à parte, que esta pode acusar a existência, em tal julgamento, de omissão, contradição, obscuridade ou erro material. O acolhimento dos embargos de declaração, os quais, no caso, apenas esclarecem o acórdão embargado, não revela violação do artigo 1.022 do novo Código de Processo Civil.

Registro que a mera insatisfação da parte com o pronunciamento judicial, aliada à sua intenção de questionar a interpretação desenvolvida pelo julgador e de ver reavaliado determinado ponto da causa, não estão de acordo com a finalidade dos embargos de declaração, instrumento processual que, como é cediço, possui estreitos limites, não se prestando ao reexame de questões já analisadas, com o intuito de modificar

o conteúdo do julgado.

Nesse norte:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. No caso dos autos não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022 do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

3. Na presente hipótese, ficou claro no aresto embargado que a alegação de desídia da parte ora embargada, que teria deixado de apresentar a procuração da parte contrária no momento da interposição do agravo de instrumento na origem (art. 525, I, do CPC/73), foi veiculada em momento inoportuno de modo a caracterizar inovação recursal.

4. Ao STJ não é permitido interferir na competência do STF, sequer para prequestionar questão constitucional suscitada em sede de embargos de declaração, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Constituição. (EDcl no AgRg no AREsp 305.582/DF, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 13/6/2013).

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no AREsp 817.655/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 27/05/2016.)

No mérito, verifico que o Tribunal de origem, a partir do exame das provas dos autos, insuscetíveis de reexame no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), concluiu demonstrado que o terceiro, condutor do veículo, ao ingerir bebida alcoólica, contribuiu intencionalmente para a ocorrência do sinistro, constituindo-se essa

conduta a causa determinante do acidente automobilístico, como se observa nas seguintes passagens do voto condutor (e-STJ, fls. 337-338):

Ao agravamento de risco, bastante para excluir direito à garantia contratada, em hipótese de motorista, a dirigir sob efeito de substância alcoólica, não é necessário concorra em grau de embriaguez, do que seria formalmente exigido em legislação que disciplina normas de trânsito.

A ingestão de álcool ou substância análoga, ainda que em pequena quantidade, dependendo das circunstâncias (baixa resistência do organismo, fadiga, etc.), potencializa o risco, como na espécie em desate, verificando-se que a condutora do veículo segurado, a evidenciar estágio de alcoolemia (indicações da prova oral), no registro da ocorrência também confirmando que fizera uso de bebida alcoólica, perdendo o controle do veículo, injustificadamente, desencadeou colisão, a abalroar veículo que se encontrava regularmente estacionado.

Suposta causalidade, relacionada à conduta de motorista de outro veículo, não há mínima evidência probatória.

Assim, pois, em hipótese de agravamento de risco, fez-se legítima a recusa de pagamento (artigo 768, do Código Civil).

Diante disso, tem aplicação o atual entendimento consolidado por ambas as Turmas da Segunda Seção do STJ, no sentido de que é legítima a negativa da cobertura securitária quando demonstrado o agravamento intencional do risco causado pelo segurado ou terceiro, em decorrência da condução de veículo automotor após a ingestão de álcool e que essa conduta foi determinante para a ocorrência do sinistro.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. TERCEIRO CONDUTOR (PREPOSTO). AGRAVAMENTO DO RISCO. EFEITOS DO ÁLCOOL NO ORGANISMO HUMANO. CAUSA DIRETA OUINDIRETA DO SINISTRO. PERDA DA GARANTIA SECURITÁRIA. CULPA GRAVE DA EMPRESA SEGURADA. CULPA IN ELIGENDO E CULPA IN VIGILANDO. PRINCÍPIO DO ABSENTEÍSMO. BOA-FÉ OBJETIVA E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE SEGURO.

1. Cinge-se a controvérsia a definir se é devida indenização

securitária decorrente de contrato de seguro de automóvel quando o causador do sinistro foi terceiro condutor (preposto da empresa segurada) que estava em estado de embriaguez.

2. Consoante o art. 768 do Código Civil, 'o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato'. Logo, somente uma conduta imputada ao segurado, que, por dolo ou culpa grave, incrementa o risco contratado, dá azo à perda da indenização securitária.

3. A configuração do risco agravado não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo, mas abrange também os condutores principais (familiares, empregados e prepostos). O agravamento intencional de que trata o art. 768 do CC envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância (culpa in vigilando) e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato (culpa in eligendo).

4. A direção do veículo por um condutor alcoolizado já representa agravamento essencial do risco avençado, sendo lícita a cláusula do contrato de seguro de automóvel que preveja, nessa situação, a exclusão da cobertura securitária. A bebida alcoólica é capaz de alterar as condições físicas e psíquicas do motorista, que, combatido por sua influência, acaba por aumentar a probabilidade de produção de acidentes e danos no trânsito. Comprovação científica e estatística.

5. O seguro de automóvel não pode servir de estímulo para a assunção de riscos imoderados que, muitas vezes, beiram o abuso de direito, a exemplo da embriaguez ao volante. A função social desse tipo contratual torna-o instrumento de valorização da segurança viária, colocando-o em posição de harmonia com as leis penais e administrativas que criaram ilícitos justamente para proteger a incolumidade pública no trânsito.

6. O segurado deve se portar como se não houvesse seguro em relação ao interesse segurado (princípio do absentéismo), isto é, deve abster-se de tudo que possa incrementar, de forma desarrazoada, o risco contratual, sobretudo se confiar o automóvel a outrem, sob pena de haver, no Direito Securitário, salvo-conduto para terceiros que queiram dirigir embriagados, o que feriria a função social do contrato de seguro, por estimular comportamentos danosos à sociedade.

7. Sob o prisma da boa-fé, é possível concluir que o segurado, quando ingere bebida alcoólica e assume a direção do veículo ou empresta-o a alguém desidioso, que irá, por exemplo, embriagar-se (culpa in eligendo ou in vigilando), frustra a justa expectativa das

partes contratantes na execução do seguro, pois rompe-se com os deveres anexos do contrato, como os de fidelidade e de cooperação.

8. Constatado que o condutor do veículo estava sob influência do álcool (causa direta ou indireta) quando se envolveu em acidente de trânsito - fato esse que compete à seguradora comprovar -, há presunção relativa de que o risco da sinistralidade foi agravado, a ensejar a aplicação da pena do art. 768 do CC. Por outro lado, a indenização securitária deverá ser paga se o segurado demonstrar que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez (como culpa do outro motorista, falha do próprio automóvel, imperfeições na pista, animal na estrada, entre outros).

9. Recurso especial não provido.

(REsp 1.485.717/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 14/12/2016.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO Ocorrência. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. TERCEIRO CONDUTOR (PREPOSTO). AGRAVAMENTO DO RISCO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A controvérsia foi decidida de forma suficientemente fundamentada pelo acórdão recorrido, o que afasta a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015. Não se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. O Tribunal de origem, após análise acurada das provas constantes dos autos, concluiu que o condutor do veículo segurado havia ingerido bebida alcoólica no momento do sinistro, agravando intencionalmente o risco objeto do contrato, sendo assim lícita a negativa de cobertura pela seguradora. Assim, rever tal conclusão demandaria o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é inviável em recurso especial, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

3. A configuração do risco agravado não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo, mas abrange também os condutores principais (familiares, empregados e prepostos). Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.711.361/SP, Rel. Ministro LÁZARO

GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO CONDUTOR. CULPA NO EVENTO DANOSO. PROVA. REVALORAÇÃO. PRETENSÃO. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. O agravamento do risco não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo; também abrange os condutores principais (familiares, empregados e prepostos), e envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato.

2. A errônea valoração da prova que enseja a incursão desta Corte na questão é a de direito, ou seja, quando decorre de má aplicação de regra ou princípio no campo probatório e não para que se colham novas conclusões sobre os elementos informativos do processo.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.183.003/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 01/08/2018.)

Destaco, a propósito, a seguinte passagem do substancioso voto proferido pelo Ministro Ricardo Villas Bôas, no primeiro precedente acima citado - RESP 1.632.921/SP -, que adoto como razões de decidir, no qual fica demonstrado que a pretensão de restringir a exclusão da cobertura securitária apenas aos casos de embriaguez ao volante do próprio segurado representaria completa subversão da finalidade do contrato de seguro, na medida em que ensejaria uma espécie de imunidade pelo agravamento intencional do risco de ocorrência do sinistro. Confira-se:

De igual maneira, agora sob o prisma da boa-fé, é possível concluir que o segurado, quando ingere bebida alcoólica e assume a direção do veículo ou empresta-o a alguém desidioso, que irá, por exemplo, embriagar-se (culpa *in eligendo* ou *in vigilando*), frustra a justa expectativa das partes contratantes na execução do seguro, pois rompe-se com os deveres anexos do contrato, como os de fidelidade e de cooperação.

Nesse aspecto,

(...) não basta ao segurado pagar o prêmio securitário. Ele há de agir em consonância com o dever de lealdade e cooperação, conduzindo o veículo sem a ingestão de álcool, ação que, por si só, pressupõe o agravamento do risco. Impera, nesse tocante, concretizar o princípio da sustentabilidade em sua dimensão ética, a fim de que o individualismo dê espaço ao solidarismo, de modo que não se admita interpretação que garanta que alguém possa egoisticamente se sobrepor aos demais.

(FITERMAN, Mauro. A ingestão de álcool e a condução de veículos no contrato de seguro de veículos. *In*: Revista dos Tribunais, vol. 104, n. 954, Abr. 2015, págs. 163/164 - grifou-se)

Assim, a configuração do risco agravado não se dá somente quando o próprio segurado se encontra alcoolizado na direção do veículo, mas abrange também os condutores principais (familiares, empregados e prepostos), visto que o agravamento intencional de que trata o art. 768 do CC envolve tanto o dolo quanto a culpa grave do segurado, que tem o dever de vigilância (culpa *in vigilando*) e o dever de escolha adequada daquele a quem confia a prática do ato (culpa *in eligendo*).

Com efeito, o segurado deve se portar como se não houvesse seguro em relação ao interesse segurado (princípio do absenteísmo), isto é, deve abster-se de tudo que possa incrementar, de forma desarrazoada, o risco contratual, sobretudo se confiar o automóvel a outrem, sob pena de haver, no Direito Securitário, salvo-conduto para terceiros que queiram dirigir embriagados, o que feriria, como visto, a função social do contrato de seguro, por estimular comportamentos danosos à sociedade.

Aliás,

(...) não fosse assim e admitido o entendimento acima exposto, bastaria ao proprietário do veículo nunca conduzi-lo, fazendo sempre uso do subterfúgio de registrar o bem em nome de terceiro, de esposa, de filhos, pois se imunizaria frente às conseqüências contratuais do mau uso que vier a fazer do bem. Seria como que um salvo-conduto para que se conduzisse o veículo sob influência de álcool, impregnando o contrato de seguro com uma exegese frontalmente contrária à função social mencionada no art. 421 do CC e à boa-fé preconizada

no art. 422 do mesmo diploma legal.

(...)

Ao se entender que o dispositivo do art. 768 do CC deve ser interpretado literalmente e que a disposição contratual acerca da inexistência de cobertura por condução de veículo sob influência de álcool destina-se unicamente ao próprio segurado, se está emprestando ao contrato de seguro de veículos automotores uma exegese, a nosso ver, contrária à sua função social e com efeitos nefastos a toda a sociedade."

(FERNANDES, Marcus Frederico B. Seguro de Automóvel - perda de direito decorrente de condução por terceiro sob efeito de álcool. *In*: Direito dos Seguros, MIRAGEM, Bruno e CARLINI, Angélica (org.), São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, pág. 459)

Dessa forma, o principal condutor do veículo, se não for o próprio segurado, equipara-se a ele, o que afasta qualquer caracterização de terceiro eventual, trazendo-lhe, portanto, a obrigação de observar as mesmas condições e cautelas na direção do veículo, para assim não aumentar intencionalmente o risco do objeto contratado.

Encontrando-se o entendimento do acórdão recorrido em consonância com a atual orientação deste Tribunal sobre o tema, tem aplicação a Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora